EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Flávia Karla Soares¹

Marlene Barbosa de Freitas Reis²

Resumo: O presente trabalho apresenta questões relacionadas à diversidade e seus pressupostos teóricos, elencando a diferença de identidades e a preocupação com a alteridade desde a infância. Discute-se a trajetória da educação infantil no Brasil a fim de pontuar os momentos primordiais de mudanças em relação à educação dos infantes, perpassando pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) e analisando como a diversidade está expressa no documento e nas instituições escolares infantis.

Palavras-chave: Diversidade. Educação Infantil. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

EDUCATION AND DIVERSITY: AN ANALYSIS OF THE NATIONAL CURRICULUM GUIDELINES FOR EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Abstract: This paper presents issues related to diversity and its theoretical assumptions, listing the difference of identity and concern with otherness since childhood. It discusses the history of early childhood education in Brazil in order to score the primordial moments of changes in relation to the education of infants, passing by the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (DCNEI) and analyzing how diversity is expressed in the document and in schools children.

Keywords: Diversity. Early Childhood Education. National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education.

Introdução

O presente trabalho apresenta a educação infantil através da Resolução nº. 5 de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), a fim de orientar políticas públicas na elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas curriculares.

¹ Pesquisadora: Pedagoga pela Universidade Estadual de Goiás. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Estadual de Goiás. Docente na Universidade Estadual de Goiás – Pires do Rio. E mail: fkarlak@hotmail.com

² Orientadora: Pedagoga pela UFG. Especialista em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira. Mestre em Educação pela Universidade de Havana – Cuba. Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela UFRJ. Docente permanente no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagens e Tecnologia e no curso de Pedagogia da UEG – Inhumas. e-mail: marlenebfreis@hotmail.com

No entanto, é necessário conhecer a trajetória da Educação Infantil no Brasil para discutir conceitos de diversidade, bem como o trato do termo nas DCNEI e suas propostas para execução nas instituições escolares.

A Diversidade e suas Expressões

A diversidade se expressa através das identidades reveladas em cada indivíduo. Especialmente no Brasil, há a cultura de que a diversidade esteja relacionada às questões de raça, sexo, gênero e portadores de deficiências. Para Reis (2013, p. 75), o termo diversidade é bastante amplo e não se caracteriza em um único modo de compreensão e muito menos de aplicação. Buscando o significado do termo, encontramos como “característica ou estado do que é diverso; que não é semelhante; diferente ou desigual. Reunião daquilo que contém aspectos, características ou tipos distintos. No latim: *diversitas atis*”.

Nesse sentido, a diversidade inclui o respeito ao diferente, reconhecendo-o na sua diferença, tendo os mesmos direitos que nós outros. No entanto, vale o alerta de Candau (2008, p. 23) ao dizer que,

as relações culturais não são relações idílicas, não são relações românticas, elas estão construídas na história e, portanto, estão atravessadas por questões de poder, por relações fortemente hierarquizadas, marcadas pelo preconceito e discriminação de determinados grupos.

O conceito de diversidade é quase sempre atravessado pela denominação de cultura; sendo uma forma equivocada pensar a educação para a diversidade somente no foco da multiculturalidade e interculturalidade. As representações concebidas sobre um grupo induz a um dogmatismo, que reproduz imagens reducionistas deste na sociedade. Como a diversidade, o ensino não se resolve com um único olhar, exige um aprofundamento para romper com estereótipos pré-determinados. Fleuri (*apud* SILVA, 2002, p. 498) comenta que, o “estereótipo resulta, pois, como um instrumento dos grupos, construído para simplificar o processo das relações entre eles e, nessa simplificação, justificar determinadas atitudes e comportamentos pessoais e coletivos”.

Sobretudo, é notória a necessidade de romper com velhos paradigmas e avançar ainda mais para uma educação que respeite e leve em consideração a individualidade do ser humano, deixando de ser uma “Pedagogia da Igualdade” para uma “Pedagogia da Diversidade”. Neste entendimento, Mantoan (2006, p. 20) aborda que, “a escola não pode

continuar ignorando o que acontece ao eu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças – culturais, sociais, éticas – nos processos pelos quais forma e instrui os alunos”.

Considerando a complexidade de tratar a diversidade, Marques e Marques (2003) ressaltam que:

[...] não há receitas prontas, por isso não há caminho a trilhar, mas a abrir. O único instrumento que temos hoje para iniciar essa caminhada é a certeza de que é preciso romper definitivamente com a ideia do absoluto, do padrão homogeneizante de condutas e de corpos. Assumir a diversidade é, em suma, assumir a vida como ela é: rica e bela na sua forma plural. (MARQUES; MARQUES, 2003, p. 238).

Contudo, para que a “Pedagogia da Diversidade” se efetive, faz-se necessário tanto os professores, quanto a sociedade, repensem o modo de conceber a alteridade entre as pessoas. Já que o respeito ao próximo e na escola inicia-se nos primeiros anos de vida, contemplando a educação em casa, na sociedade e nos espaços institucionais.

Caminhos da Educação Infantil no Brasil

A trajetória da educação infantil no Brasil segue de certa forma os moldes da Europa. Até metade do século XIX não existiam creches. Na zona urbana, quando nasciam filhos de mulheres brancas, geralmente pertencentes a elite, os filhos eram colocados nas “rodas de expostos” (PASCHOAL; MACHADO, 2009), seguindo o modelo da Europa. A “roda de expostos”, instituição que surgiu no ano de 1825, era voltada ao atendimento dos infantes abandonados pelas mães ou um membro da família.

A partir da Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, as concepções de educação infantil começam a tomar novos rumos. Após a abolição da escravidão, iniciou-se um período de iniciativas de proteção às crianças, pensando em resolver um problema dos pais escravos, que não queriam que seus filhos tivessem a mesma vida de escassez como tiveram, culminando em altos índices de mortalidade infantil e abandono, conforme afirmação de Didonet (2001, p. 13): “[...] a criança começou a ser vista pela sociedade e com um sentimento filantrópico, caritativo, assistencial é que começou a ser atendida fora da família”.

O primeiro jardim de infância particular no Brasil, foi fundado no Rio de Janeiro por Menezes Vieira, em 1875, destinado a atender a aristocracia da época. Em São Paulo, os

jardins de infância foram criados no ano de 1877, somente para a classe alta. Todos foram inspirados em Froebel, segundo Arce (2001, p. 04):

Froebel (1782-1852) fundou, em 1837, o primeiro ambiente destinado à educação de crianças de zero a seis anos fora do lar: o *kindergarten* (Jardim de Infância), cujas práticas, diferentes das pertinentes às instituições assistenciais e das escolas tradicionais, deveriam orientar-se para os interesses e necessidades da criança e caracterizar-se pela cooperação, experimentação, ludicidade e liberdade. Para este fim, exigia-se a preparação de moças - as “jardineiras” - que integrassem, em suas condutas, sentimentos e atitudes de mãe, de quem seriam substitutas para as crianças. Para sua formação, empregava manuais com princípios da psicologia do desenvolvimento e de religião.

Em 1889, foi inaugurada a creche da fábrica de tecidos Corcovado no Rio de Janeiro após reivindicações de operários, já que a Revolução Industrial proporcionou as relações de trabalho de mulheres e homens com jornada de trabalho extensa. Por isso, havia de ter um local, onde seus filhos pudessem ficar resguardados. Este tipo de instituição de atendimento às crianças pequenas somente foi regulamentado em 1920.

No ano de 1899, Moncorvo Filho fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, tendo a finalidade de “[...] inspecionar e regulamentar a lactação; inspecionar as condições de vida das crianças pobres (alimentação, roupas, habitação, educação, instrução, etc.)” (KUHLMANN JÚNIOR, 1991, p. 21). Neste mesmo ano, as famílias de operários tiveram a chance de ter creches a sua disposição.

Desde a criação dos jardins de infância e a abertura de educação para as camadas sociais mais baixas da população, a educação tornou-se prioridade em discussões no país, tendo em vista, como afirma Oliveira (2005) que:

Em 1932, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que defendia amplo leque de pontos: a educação como função pública, a existência de uma escola única e da co-educação de meninos e meninas, a necessidade de um ensino ativo nas salas de aula e de o ensino elementar ser laico, gratuito e obrigatório.

As discussões acerca da educação infantil perduraram por décadas. Mas, foi no governo de Vargas (1930-1945) que as questões práticas aconteceram, como: leis trabalhistas assegurando às mães trabalhadoras o direito de amamentar os filhos, creches nas empresas conforme critérios estabelecidos pelas fábricas e sindicatos, enfim iniciativas na área da saúde, previdência e assistência.

Um marco para a educação brasileira advém das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especialmente no ano de 1961, através da Lei nº. 4024/61, a qual aprofundou os jardins de infância no sistema de ensino. O Artigo 23 diz que: “A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternais ou jardins-de-infância”. Lei esta que foi revogada através da LDB posterior nº. 5692/71, a qual fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e não menciona sobre a educação infantil.

O atendimento em creches e pré-escolas como direito social, se concretizou mediante a Constituição de 1988, no Artigo 208, o qual define a educação infantil como:

- I** - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de
- IV** - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. (BRASIL, 1988, p. 35).

No ano de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Capítulo IV, Inciso IV), reafirmou as condições das crianças e adolescentes no trato a educação:

- Art. 53.** A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
- I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II** - direito de ser respeitado por seus educadores;
 - III** - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
 - IV** - direito de organização e participação em entidades estudantis;
 - V** - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- Parágrafo único.** É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 1990, p. 40-41).

Com o passar do tempo, as discussões só cresceram quanto às preocupações da educação das crianças, bem como da profissionalização docente. No ano de 1996, a nova LDB nº. 9394/96 foi aprovada e contribuiu para esclarecer que:

- Art. 29º - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
- Art. 30º - A educação infantil será oferecida em:
- I** - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. (BRASIL, 1988, p. 35).

Contudo, a redação da LDB nº. 9394/96, foi revisada através da Lei nº. 12.796 de 04 de abril de 2013, no que tange a educação infantil, a qual consolida a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Sendo oferecida em creches para crianças até 03 (três) anos de idade e pré-escolas para crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade.

Diante da nova realidade da educação das crianças, Didonet (2001, p. 04) pontua alguns objetivos:

- Objetivo Social: associado à questão da mulher enquanto participante da vida social, econômica, cultural e política;
- Objetivo Educativo: organizado para promover a construção de novos conhecimentos e habilidades da criança;
- Objetivo Político: associado à formação da cidadania a infantil, em que, por meio deste, a criança tem o direito de falar e de ouvir, de colaborar e de respeitar e ser respeitada pelos outros.

Ao encontro dos objetivos expressos por Didonet (2001), no ano de 1998, o Ministério da Educação lançou os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI). Guias concebidos com intuito de servir para a reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças.

Reconhecendo os avanços da pesquisa, no ano de 2009, o Ministério da Educação, mediante a Resolução nº. 5 de 17/12/09, concebeu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI. O referido documento detalha os princípios fundamentais para a Educação Infantil e dimensionam o mundo infantil como proposta pedagógica de desenvolvimento em eixos curriculares.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil e a Diversidade

A Educação Infantil vive um processo de revisão de concepções educacionais para educação de crianças em espaços coletivos. Para tanto, ao fortalecer esta preocupação, no dia 17 de dezembro de 2009, foi homologada a Resolução nº5, a qual fixa as Diretrizes

Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), reunindo princípios, fundamentos e procedimentos definidos para orientar as políticas públicas na área de elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares na Educação Infantil, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB).

Nas DCNEI (BRASIL, 2009, p. 12), alguns conceitos são pontuados para que as discussões em efeito tenham consistência. Para tanto, a Educação Infantil é:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. (BRASIL, 2009, p. 12).

O referido documento também estabelece o conceito de criança, compreendendo-a como um:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p. 12).

Além disso, quanto ao currículo para a Educação Infantil as DCNEI descrevem-no como:

Art. 3 - Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de criança de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009, p. 12).

Sob a ótica da proposta pedagógica, as DCNEI (BRASIL, 2009) definem que:

Art. 4 - Proposta pedagógica ou projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar. (BRASIL, 2009, p. 13)

As DCNEI foram instituídas para que as instituições de Educação Infantil pudessem elaborar e definir localmente suas propostas pedagógicas. Estas apoiadas no estabelecimento de uma relação positiva com a instituição educacional, no fortalecimento de sua autoestima, interesse e curiosidade pelo conhecimento do mundo, na familiaridade com diferentes linguagens, na aceitação e acolhimento das diferenças entre as pessoas.

O documento detalha três princípios fundamentais que levam em conta a criança como ser em construção de sua identidade, estabelecendo valores e dinamizando sua ludicidade, enquanto criança.

Art. 6 – As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I - Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II - Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III - Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2009, p. 02).

Segundo as DCNEI, no Artigo 7, as propostas pedagógicas curriculares devem cumprir plenamente a função sociopolítica e pedagógica. As instituições de Educação Infantil devem ter como objetivo garantir à criança o acesso aos processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Conforme o Artigo 9 das DCNEI, o marco da proposta pedagógica está na reafirmação de que a educação infantil se norteia mediante as interações e brincadeiras, garantindo algumas práticas, como: promover o conhecimento de si e do mundo através de experiências; possibilitar situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações; possibilitar vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, os quais alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade; propiciar a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras. A unicidade da determinação está em determinar que, “as creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências”.

Quanto à avaliação do desenvolvimento das crianças, as instituições devem criar procedimentos sem objetivos de seleção, promoção ou classificação crítica e criativa das crianças nas interações e brincadeiras, através de relatórios, registros fotográficos, entre outros; a continuidade dos processos de aprendizagem na transição casa/ instituição de Educação Infantil; transição no interior da instituição; transição creche/pré-escola e transição pré-escola e Ensino Fundamental. Ressalte-se que, faz parte do processo de avaliação a documentação que permita às famílias conhecer o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil e a não retenção das crianças nesta etapa.

Contemplar a diversidade e as diferenças nas instituições escolares desde a primeira infância é o primeiro passo a fim de despertar nas crianças o respeito às manifestações individuais sem preconceitos e discriminações. É no ambiente escolar que o conhecimento é produzido e onde os conflitos são mediados.

As DCNEI vêm ao encontro da intenção de reestruturar uma sociedade em que a dignidade, respeito e a alteridade estejam presentes desde a educação das crianças, afim de que através de suas interações com o próximo possam “educar” pessoas de maiores idades. As crianças são educadas para a diversidade através da figura marcante do professor, amparado pelo conjunto de orientações para a educação em prol da formação de cidadãos esclarecidos e conscientes desde pequenos acerca das diferenças entre as pessoas.

Considerações Finais

Apresentar as DCNEI, firmada através da Resolução nº. 5 de 17 de dezembro de 2009, reafirmou eixos norteadores da Educação Infantil, considerando que o essencial para a formação das crianças são as interações e as brincadeiras propostas por meio de práticas pedagógicas que vão se renovando, bem como a partir do acompanhamento das instituições escolares sobre a discussão da diversidade nesta etapa educacional.

Através desta discussão se estabelece que a escola esteja preparada para agregar em sua rotina a inclusão de práticas pedagógicas capazes de entrelaçar a relação professor-aluno, contribuindo para a educação da diversidade desde a Educação Infantil. Portanto o grupo de trabalho “Diversidade e Inclusão” é tão comum e tão complexo que merece discussão e reflexão em todas as esferas da educação, especialmente brasileira.

Referências

ARCE, Alessandra. A Documentação Oficial e o Mito da Educadora Nata na Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 113, p. 167-191, jul. 2001.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988>.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069 de 13/07/1990. Disponível em: <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/.../estatuto_crianca_adolescente_7ed.pdf>.

_____. **LDB**. Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

_____. **LDB**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Acesso em: 25 de novembro de 2014.

_____. **LDB**. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013.

CANDAU, Vera M. **Multiculturalismo e educação: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.), 2008.

DIDONET, Vital. “Creche: a que veio, para onde vai”. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p. 11-28.

FLEURI, Reinaldo Matias. “Intercultura e Educação”. In: **Revista Brasileira de Educação**. Santa Catarina, n. 23, maio/junho/julho/agosto, 2002.

KUHLMANN JUNIOR, Moisés. **Instituições Pré-Escolares Assistencialista no Brasil (1889 -1922)**. Cadernos de Pesquisas, São Paulo, n.78, p.18 - 21, ago.1991. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/969.pdf>>.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MARQUES, Carlos Alberto; MARQUES, Luciana Pacheco. “Do Universal ao Múltiplo: os caminhos a inclusão”. In: LISITA, V. M. S. de S.; SOUSA, L. F. E. C. P. (Orgs). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 223-239.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR** [online]. Campinas, SP, n. 33, p. 78-95, mar. 2009 – ISSN: 1676-2584.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política Pública, Diversidade e Formação Docente: uma interface possível**. 2013. 279 f. Tese (Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ, 2014.